

■ Língua e preconceito

ADAIR PIMENTEL PALÁCIO
UFAL/UEPE

Como quase todo mundo fala pelo menos uma língua, dever-se-ia acrescentar a palavra “linguista” ao adágio popular: “de poeta, médico e louco todos nós temos um pouco”, pois a maioria das pessoas sente-se apta a tecer comentários sobre a linguagem humana, oral e escrita, sobre o que é certo e errado, difundindo ideias errôneas quanto à natureza da linguagem. Essas ideias fortalecem preconceitos linguísticos que atingem os próprios mantenedores da língua, os responsáveis por ela ser uma língua viva, isto é, os seus falantes.

As línguas são organismos vivos que estão em constante mutação; fato facilmente aceito quando se pode observar o resultado e não o processo da modificação. O português falado hoje é o latim que, levado para uma parte da Península Ibérica pelos soldados romanos, se mesclou com as línguas de tribos locais e invasoras. Com o tempo essa mescla resultou na língua portuguesa. A mutação vista assim, a longo prazo, é incontestável, mas o processo de mutação, enquanto as modificações estão se processando, é um fato polêmico — poucos o compreendem.

A mutação linguística conta com forças que a impulsionam e a coíbem simultaneamente (CÂMARA JR., 1972, cap. 13-15). Em uma sociedade como a brasileira, a escola, as gerações mais velhas, os livros didáticos etc. são forças inibidoras, enquanto as gerações jovens, a criação de neologismos, de gírias e jargões, os empréstimos, as línguas especiais, são algumas das causas que impulsionam a mutação. A história das línguas tem demonstrado que, apesar das forças inibidoras, todas as línguas vivas do mundo mudaram no passado, estão mudando no presente e continuarão mudando no futuro. Quando cada pessoa fala, em qualquer língua, ela provoca e participa dessa mutação.

A variação linguística (TARALLO, 1986), também chamada dialeto (CRYSTAL, 1987) geográfico, distribuição horizontal, areal ou regional, falar e sotaque, é a maneira como as pessoas se expressam nos diferentes locais onde a língua é falada.

Sabe-se que os portugueses falam diferente dos brasileiros. Em Portugal, os lisboetas se diferenciam pelo sotaque dos portugueses de outras regiões do país. No Brasil, o amazonense fala diferente do gaúcho, e este, do carioca. Em cada região há os que falam “bem”, de acordo com a norma padrão culta – aquela que a sociedade aceita sem críticas – e os que falam “mal”, com desvios dessa norma. À diferença entre falantes de uma mesma região dá-se o nome de dialeto, variação, variante ou distribuição social ou vertical.

A linguagem humana é a soma de todas as línguas do mundo, calculadas entre 4.000 e 5.000 pela maioria dos estudiosos (CRYSTAL, 1987, p. 284). Uma língua é a soma de seus dialetos regionais e sociais. A palavra dialeto aqui não tem o sentido muito divulgado de dialeto político. Um país pode ter falantes de várias línguas, que são chamadas impropriamente de dialetos. Se as estruturas das línguas forem diferentes entre si, do ponto de vista linguístico, elas são línguas distintas. Na Itália, por exemplo, vários dos chamados dialetos – por serem falados no mesmo país – são línguas diferentes (umas fazem o plural com o sufixo “-s” e outras com o sufixo “-i”) e seus falantes não podem se comunicar uns com os outros.

O preconceito linguístico é consequência do desconhecimento de fatos comprovados ou comprováveis; ele surge da não aceitação de falares regionais e sociais e das mudanças que estão ocorrendo na língua.

A não aceitação de falares está muito mais ligada a fatores socioeconômicos do que linguísticos. O falar de uma região de prestígio é mais “bonito” do que o de uma região carente. O falar da zona urbana tem mais prestígio do que o da zona rural.

O r retroflexo (pronunciado com a ponta da língua elevada e voltada para o interior da boca), por exemplo, é usado e estigmatizado em muitas regiões do Brasil. Na capital de São Paulo ele é conhecido como “r caipira” e é altamente estigmatizado, pois marca o sotaque interiorano. Na capital ele é “feio” e muitas das pessoas

que o têm em seu falar se políam para não realizá-lo, embora não consigam controlá-lo em momentos de envolvimento emocional, como raiva, por exemplo. Entretanto, esse mesmo r retroflexo é “bonito” no inglês norte-americano, pois é marca de prestígio de regiões econômica e socialmente privilegiadas.

A palatização de t e d antes de i, como nas palavras *tia* e *dia* (pronúncia *txia* e *djia*), tem muito prestígio no Brasil. Ela é marca do falar do eixo Rio/São Paulo, sem dúvida a área mais próspera do país; e também marca falares de outras regiões. Mas o mesmo t palatizado, quando é usado diante do som de u, como em *muito* e *oito* (pronúncia: *muitxu* e *oitxu*), é estigmatizado, uma vez que essa realização é encontrável em várias partes do Nordeste, sem dúvida a área menos prestigiada do país.

Em um país tão grande como o Brasil seria surpreendente que não houvesse a variação linguística bastante diversificada. Apesar da falta de maiores estudos sobre os dialetos regionais brasileiros, registram-se aqui algumas realizações que fazem parte do português falado no Brasil.

Na Amazônia, por exemplo, mais especificamente em Marajó e parte do Pará, muitos falantes neutralizam as vogais posteriores (u, ô, ó) pronunciando-as u, como em:

“Uma canoa cheia de cocode proa a popa” (pronúncia: uma canua cheia da cucu de prua a pupa).

Em Cuiabá e adjacências há muitos falantes que não realizam a consoante fricativa palatal surda, como o x da palavra *peixe*. Em seu lugar, usam sua africada homorgânica tx, como em:

“O jogador chutou e a manga chochinha caiu no chão”
(pronúncia: O jogador txutou e a manga txotxinha caiu no txão).

Por certo há muitas outras marcas regionais nos falares brasileiros. Os dialetos sociais encontrados em cada região marcam pessoas de maior ou menor prestígio na sociedade.

Uma marca bem definida de desprestígio social em quase todo o país é o que comumente se denomina “troca de letras”. Esse fenômeno está ligado aos grupos consonantais formados por uma oclusiva ou fricativa e uma líquida: p, b, t, d, c, g, f, v + r,

1. O português dispõe desses dois grupos consonantais, tanto pr, br, tr, ... como pi, bi, ti, ..., mas muitas pessoas não têm esse segundo grupo em suas realizações de fala porque não o aprenderam com seus pais, familiares, vizinhos e amigos. Essas pessoas usam apenas pr, br, tr, dr, cr, gr, fr, vr nas duas situações. Dizem, portanto, “branca” (pronúncia: branca) e “bloco” (pronúncia: broco). Este fato é altamente estigmatizado e identifica as pessoas que só usam o grupo consonantal (pr, br, ...) como de baixa ou nenhuma escolaridade. Isto as identifica socialmente em quase todos os dialetos regionais do Brasil.

As variações de fala comentadas não fazem do português brasileiro uma outra língua. Essas e outras realizações linguísticas se constituem em uma unidade estrutural coerente tanto no Brasil como em Portugal e em outras comunidades de língua portuguesa. O português é uma língua por causa do conjunto de fonemas que compõem a base de sua estrutura fonológica, da distribuição desses fonemas (como eles se combinam entre si), dos seus padrões silábicos, da organização morfológica das palavras, dos tipos e ordenação de seus marcadores flexionais, do seu conjunto de conectores (preposições e conjunções), dos tipos e organização de suas frases nominais e verbais etc. No Brasil fala-se, portanto, uma modalidade brasileira de português – um dialeto brasileiro da língua portuguesa que é constituído, por sua vez, dos dialetos regionais e sociais encontrados no país.

A afirmação de que o Brasil é um país monolíngue é muito forte, pois o país dispõe de comunidades de falantes originários de vários países europeus, asiáticos, africanos etc. (RODRIGUES, 1966). Há brasileiros que aprendem português como língua estrangeira, na escola, e mantêm um sotaque óbvio de outra comunidade linguística. Além dessas comunidades que imigraram, trazendo com elas os matizes das mais diversas culturas, inclusive suas línguas, há ainda as línguas dos que aqui já estavam fazendo história antes mesmo de a história do país começar – as populações indígenas.

Os povos indígenas brasileiros falam cerca de 170 línguas diferentes entre si e algumas com vários dialetos (RODRIGUES, 1986). Acredita-se que esse número era o dobro na ocasião dos primeiros contatos com os colonizadores. Essas línguas apresentam marcas fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas que as diferenciam do português e de línguas das mais variadas procedências. Os estudos sobre elas, entretanto, ainda são poucos; há falta de levantamento de dados, análises e descrições para que se tenha elementos mais concretos sobre o universo desses povos, seus valores sociais, seu imaginário, enfim, para que se saiba muito mais sobre eles. Estudos mais profundos sobre essas nações tanto são de interesse para elas quanto para a sociedade nacional. Uma melhor compreensão dessas sociedades pelos estudos que possam ser desenvolvidos pelas ciências humanas e sociais certamente propiciará a elas as oportunidades para usufruírem dos direitos de qualquer cidadão brasileiro. Também esses estudos ajudarão a traçar o verdadeiro perfil da nação brasileira e a contribuir com subsídios para as ciências universais.

A língua escrita (KATO, 1987), foi criada para “falar de longe no tempo e no espaço”. O homem inventou-a para representar a língua oral (MAIA, 1986). Há sociedades que não dispõem de um sistema de escrita, mas não se conhece sociedade humana sem língua oral.

Essas duas modalidades de comunicação humana usam veículos diferentes – basicamente boca e ouvido, para a língua oral, e mão e olho, para a língua escrita –, motivo pelo qual, depreende-se, utilizam mecanismos de expressão diversos. A língua escrita não pode representar completamente a língua oral em todas as suas nuances por sua própria natureza. Um enunciado como “papai quero dinheiro” poderá ser dito com curvas de entoação que denotam impertinência, carinho etc., não possíveis de representar na língua escrita. A interpretação de leitura de tal enunciado ficará por conta do leitor. Por outro lado, a língua oral não dispõe de recursos como aspas, para fazer citações, como letra maiúscula etc., próprios da língua escrita.

Cada uma dessas modalidades de expressão tem seus mecanismos para comunicar o pensamento e cada uma delas é importante nas relações humanas. A língua escrita, por seu papel imprescindível na sociedade moderna, tem mais status. Seu prestígio é tão grande que é comum ouvir-se dizer que tal palavra é pronunciada assim porque assim se escreve. Esse prestígio é endossado por gramáticas prescritivas, pedagógicas, livros didáticos, dicionários.

Costuma-se dizer que a escolaridade é uma forma de impor o poder de uma elite sobre as classes mais carentes. Entretanto, o que se observa em uma sociedade ágrafa é que há uma hierarquia do saber, tanto quanto em uma sociedade letrada. Nesta, a escola, a gramática, o dicionário, são os “responsáveis” pela discriminação linguística. Mas ela existe também nas sociedades não letradas, onde há os que “falam bem”, os que “sabem falar melhor”. A autoridade sobre a língua é exercida através de outros mecanismos: os mais velhos, os líderes, os que sabem sobre as manifestações culturais, as histórias grupais, são os “donos” da língua. O que parece existir em qualquer sociedade com relação à língua é que todos os componentes da comunidade são responsáveis pela sua manutenção: a língua é de todos; paralelamente

parece haver também um consenso coletivo crítico em toda a sociedade, que decide democraticamente quais são os guias linguísticos do grupo. Assim, a própria sociedade é a autoridade máxima no assunto e ela elege os seus representantes.

Costuma-se dizer ainda que o empréstimo (CARVALHO, 1989) é o responsável pela poluição de um idioma. Ora, o empréstimo linguístico é o resultado do contato de comunidades que dominam línguas ou dialetos diferentes. Daí, para evitar-se o empréstimo bastaria evitar os contatos. Uma sociedade ilhada, sem contatos culturais com outras sociedades, não poderá ter empréstimos. Os empréstimos, tanto quanto as gírias, os neologismos e outras marcas da criatividade grupal são novas incorporações a um sistema e fazem parte da mutação linguística – são processos naturais nas línguas do mundo. Observa-se que quando incorpora-mos uma palavra estrangeira ela é pronunciada dentro dos padrões permitidos pela língua portuguesa, com os sons do português, com as sílabas do português. A grande maioria dos empréstimos entra no português na categoria dos substantivos, com gênero e número, como todos os substantivos do português. Um número bem menor de empréstimos entra na classe dos verbos e se enquadra na primeira conjugação, a mais produtiva do português. Para uma língua tomar de empréstimo palavras gramaticais como preposições ou conjunções, ou ainda, flexões, o contato das duas línguas terá de ser muito íntimo e de muito longo prazo, como aconteceu com o latim dos soldados romanos na Península Ibérica e seu íntimo e longo contato com as populações que ali viviam ou que para ali emigraram. Os empréstimos se amoldam à estrutura da língua sem maculá-la.

O preconceito linguístico parece fazer parte do ser humano como o medo, a ira, e outras manifestações negativas, parte do “inconsciente coletivo” da espécie. Cabe ao homem inteligente dominar seus preconceitos

e seus medos para um melhor convívio em sociedade. Isso não deve ser tão difícil para quem dominou mares, explora espaço e vem criando tecnologia.

Referências

- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Princípios de linguística geral*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1972.
- CARVALHO, Nelly. *Empréstimos linguísticos*. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios, 170).
- CRYSTAL, David. *The Cambridge encyclopedia of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- KATO, Mary A. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Ática, 1987. (Série Fundamentos, 9).
- MAIA, Eleonora Motta. *No reino da fala: a linguagem e seus sons*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Fundamentos, 4).
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Tarefas da Linguística no Brasil. *Estudos Linguísticos - Revista Brasileira de Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, Centro de Linguística Aplicada, v. 1. n. 1. 1966. p. 4-14.
- . *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.
- TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios, 9).